



FORMAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Maria Antonia Vidal Ferreira⁴

RESUMO

O tema de estudo *Formação dos Professores universitários* pretende revisitar uma velha discussão, recolocando-a no contexto das políticas públicas atuais, orientadas pelo Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014 a 2024. Trata-se do documento legal mais recente, que traça as diretrizes, metas e estratégias para a educação no Brasil. Tem por objetivo discutir sobre os aspectos favoráveis à profissionalização da docência universitária, como a formação inicial e continuada, o plano de carreira e as condições infraestruturais oferecidas pelas instituições. A pesquisa teórica e documental, situada numa abordagem qualitativa, constatou que ainda há um longo caminho a trilhar no campo da profissionalização da docência universitária. Observo também pequenos avanços sinalizados pela institucionalização nacional de acompanhamento pedagógico do professor universitário ingressante nesta profissão. Portanto, as condições favoráveis à profissão docente representam um conjunto articulado de proposições capazes de favorecer um desempenho profissional adequado ao processo histórico-social e cultural dos seres humanos.

Palavras-chave: Formação. Docência universitária. Políticas Públicas.

TRAINING OF UNIVERSITY TEACHERS IN THE NATIONAL EDUCATION PLAN

ABSTRACT

The theme of the study of the training of the university teachers plan revisiting and old discussion, replacing it in the context of the national public policies, guided by the national educational plan for the 2014 to 2024 decade. It is the latest document that traces the guidelines, goals and strategies for the Brazilian education. It aims to discuss the positive aspects to the professionalization of the university teaching such as the initial and continued formation, career plan and the infra-structural conditions that are offered by the institutions. The theory and documental research situated in a qualitative approach found that there is still a long way to go in the field of professionalization of university teaching. I also observe small advances marked by the national institutionalization of the education support for the

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora aposentada pelo Centro Universitário Luterano de Santarém. Membro da ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação. E-mail: ferreira-mv@uol.com.br



newcomer university professor in this profession, therefore the favorable conditions to the teaching profession represent an articulated set of propositions which are capable to encourage an adequate professional performance to the historic, social and cultural of human beings.

Keywords: Formation. Teaching university. Public policies.

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em formação de professores, logo se pensa num grupo específico desses profissionais: aqueles que se qualificam para trabalhar na educação básica, ou seja, na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e médio. Raramente pensamos no outro segmento profissional: os professores universitários, como se a formação específica para o magistério nesse nível fosse menos importante ou desnecessária.

No entanto, uma das críticas mais comuns dirigidas aos cursos superiores diz respeito à didática dos professores universitários, ou melhor, à falta dela. Tal fato pode ser constatado tanto através da literatura específica da área, como através de conversas com alunos em diferentes tipos de instituição e em diferentes cursos que afirmam que alguns professores possuem muitos conhecimentos, porém não conseguem “repassá-los”.

Ao mesmo tempo, amplia-se cada vez mais a exigência de que os professores universitários obtenham os títulos de mestres ou doutores. No entanto, é questionável se esta titulação, da forma como vem sendo realizada, possa contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade didática no ensino superior.

O referido estudo intitulado *Formação dos Professores universitários no Plano Nacional de Educação* tem como propósito investigar as condições em que o docente do ensino superior realiza seu trabalho, assim como verificar a construção de sua própria identidade enquanto professor universitário.

Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, situada numa abordagem qualitativa do tema de estudo, a partir da concepção emancipatória e reconstrutiva de educação e de formação profissional. Tal perspectiva parte do pressuposto que toda ação educativa é, na sua essência, capaz de transformar comportamentos redirecionando a ação daqueles que estão envolvidos nesse contexto de formação/atuação, tendo, portanto um comprometimento político-social.

Inicialmente, abordo velhas questões, que seguem vigentes, visto que ainda estão mal resolvidas no cenário acadêmico. Refiro-me a formação do professor universitário e a construção de sua idade profissional, agora cotejada pelo Plano Nacional de Educação.

Logo após, reflito sobre os aspectos favoráveis à profissionalização docente como a formação inicial e continuada, o plano de carreira e as condições infraestruturais oferecidas nas instituições.

2. O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A Lei 13.005/14 aprova o Plano Nacional de Educação, documento legal mais recente, que traça as diretrizes, metas e estratégias para a educação no Brasil com vigência de dez anos - 2014 a 2024. Pouco se visualiza, nesse plano, políticas consistentes voltadas ao professor da educação superior, mostrando apenas algumas indicações que carecem maiores detalhamentos, como por exemplo, entre as suas diretrizes, a nona se refere à valorização dos (as) profissionais da educação. Subentendo que o professor universitário esteja incluído nessa diretriz, porém não existe meta específica para a formação pedagógica desse professor. Indiretamente essa diretriz pode ser desmembrada em projetos dessa natureza porque se pressupõe como exigência para atender a expansão quantitativa e qualitativa no ensino superior, como preconiza as metas 12 e 13.

A décima segunda meta versa sobre a elevação da matrícula na educação superior, na tentativa de se efetivar a democratização, nesse nível de ensino e a décima terceira pretende elevar também a qualidade da educação superior, vinculando essa qualidade apenas a expansão do número de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício no conjunto da educação superior. Para essa meta, apenas duas estratégias se aproximam do que seria uma política de valorização da profissão docente nesse nível de ensino.

13.3) induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.5) elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

De fato, a autoavaliação tem sido um mecanismo interessante das instituições de ensino superior e, entre as suas dimensões estão o corpo docente, sua qualificação e a dedicação, que trata do regime de trabalho. Quanto à estratégia seguinte, a pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*, novamente realça apenas essa dimensão do professor. Não resta dúvida que são metas importantes, mas não incluem a formação pedagógica desse profissional.

As metas 14 e 18 tratam respectivamente da elevação do número de matrícula na pós-graduação *stricto sensu* e a garantia da existência de planos de Carreira no prazo de dois anos, tendo como estratégia a previsão, nestes planos de licenças remuneradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu* (lembrando que se trata apenas da rede pública de ensino).

O grande avanço que o PNE representa se concentra na estratégia que decorre da meta 18, que transcrevo na íntegra:

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

Esta é uma resposta às recorrentes críticas que tem sido tecida ao longo dos anos sobre as condições de ingresso no magistério superior: via de regra, esses professores não recebem nenhuma orientação para atuar na docência. Por conta própria vão buscar ajuda com colegas ou espelham-se em professores de sua formação.

Além de não terem recebido formação pedagógica para a profissão no magistério superior, os professores ingressantes não recebem, das instituições, os esclarecimentos e acompanhamento iniciais necessários para realizarem seu trabalho. Algumas empresas promovem curso de capacitação aos candidatos aprovados em concursos para aprenderem a profissão, mas no caso do professor, este vai aprendendo na prática seu ofício.

Até o momento, os professores não tem esse acompanhamento institucional no início de sua carreira docente, exceto algumas iniciativas particulares. Por isso, o mérito do PNE de institucionalizar o acompanhamento da atuação docente no período probatório, oferecendo-lhe o suporte pedagógico de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, é fundamental para garantir um bom início de carreira e posterior desenvolvimento profissional.

3. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

A profissionalização do professor universitário passa por uma elevação do nível de qualificação que se define, em parte, por características objetivas, mas também por uma identidade, uma forma de representar a profissão e suas responsabilidades, tendo, portanto, uma ética, dentre outros requisitos necessários a prática docente. As condições favoráveis a profissionalização docente, abrigam-se em três dimensões: a primeira, refere-se a *formação inicial e continuada*, a segunda, ao *plano de carreira* e às condições salariais e a terceira, às *condições infraestruturais* num determinado local de trabalho.

3.1. Formação Inicial e Continuada

A docência universitária tem sido palco de constantes debates constituindo-se em eixo de estudos, pesquisas (Pimenta, 2002) e políticas públicas. O sentido da profissionalização assumido por Libâneo (2001) reforça as ideias que garantem um exercício profissional de qualidade, nisso incluem a formação inicial e a formação continuada, nas quais o professor aprende e desenvolve competências, habilidades e atitudes profissionais.

A formação do professor é condição fundamental para a melhoria da profissionalização do corpo docente, pois contribui para a melhoria da qualidade de ensino, assim os requisitos profissionais necessários para a prática docente do professor poderão ser alcançados. Esse aspecto, em relação ao professor universitário, vê-se mais fortemente ligado a necessidade de ampliar as atribuições de ensino com as atividades de pesquisa, pois é ela que faz com que uma profissão se desenvolva como também é ela que contribui para uma educação de qualidade (NÓVOA, 1995), (CUNHA e FERNANDES, 1994), (DEMO, 2004).

Portanto, a atividade de investigação e de docência quando articuladas, contribuem para a profissionalização do professor, pois, quanto mais consistente for à postura investigativa do professor mais a comunicação atualizada do conhecimento se processará no contexto da sala de aula.

O docente é, antes de tudo, um profissional da articulação do ensino com a aprendizagem em uma determinada situação; um profissional da interação das significações partilhadas, ou seja, por ser uma profissão complexa, exige competências profissionais e conhecimentos específicos da área de atuação, em constante diálogo com outros saberes (NÓVOA, 1995), (IMBERNÓN, 2006).

A ideia de profissionalização docente, conforme Nóvoa (1995) tem destacado, impulsiona algumas políticas públicas voltadas para a formação de professores, pois eles precisam produzir saberes, para se transformarem membros de uma corporação específica: a dos que sabem ensinar.

Dessa forma, agregar as experiências aos saberes, pode tornar-se campo fértil de ressignificação profissional e elevação dos níveis de profissionalização docente. Os atuais debates sobre a profissão do professor têm enfatizado sua profissionalização e aprimoramento da prática docente. A isto, acrescenta Sarmiento (2007) que, no campo teórico da sociologia das profissões, existe um conjunto não uniforme para identificar elementos tidos como descritores de profissionalidade. São eles: o reconhecimento social da especificidade da função associada à atividade; o saber específico indispensável ao desenvolvimento da atividade e sua natureza; o poder de decisão sobre a ação desenvolvida e autonomia do seu exercício e a pertença a um corpo coletivo que partilha, regula e defende o saber necessário, o exercício da função e o acesso a ela.

Nas concepções elaboradas mais recentemente, sobre a formação e a atuação dos docentes, conforme Sarmiento (2007), veiculam “tipos” de professores que se consubstanciam nos denominados professor-profissional; professor-reflexivo; professor-pesquisador; professor-investigador; professor-intelectual.

Logicamente que os defensores dessas concepções mostram a necessidade do professor possuir uma sólida formação, além de um conjunto de conhecimentos/competências/habilidades que garantam o seu desenvolvimento profissional e uma aprendizagem consistente e significativa para seus alunos.

O papel do professor, na atualidade, agregou uma série de aspectos que envolvem desde a luta por uma remuneração condizente com seu trabalho, até a responsabilidade pelo seu desenvolvimento profissional:

[...], o professor precisa: primeiro, ter salário digno [...] Segundo, ele tem que ser competente [...]. Então, ele tem que exigir do sistema a formação continuada que ele precisa e ele tem que buscar por outros meios, também, a sua formação. [...] Ser professor é uma carreira que exige muita doação, muito sacrifício, quem não se doa, seja em qualquer área, não será bom! [...] ser bom professor é garantir a aprendizagem do aluno, (IMBERNÓM, 2006).

Dessa maneira, Imbernóm (2006) é partidário da ideia de que o professor, mesmo não sendo valorizado como deveria, pela natureza do seu trabalho, mostra compromisso ético com a profissão e, apesar dos condicionantes adversos, tem construído uma identidade própria e se assumem como profissionais, apesar dos entraves ainda existentes em relação ao reconhecimento da profissão.

No exercício da docência superior a dimensão política é imprescindível. O professor tem uma visão de homem, de mundo, de sociedade, de cultura e de educação que dirige suas opções e suas ações mais ou menos conscientemente. Como cidadão, o professor estará aberto ao que se passa na sociedade, suas transformações, evoluções, mudanças; atento para as novas formas de participação, as novas conquistas, os novos valores emergentes, as novas descobertas.

Embora a formação didático-pedagógica dos professores universitários ainda seja um tema pouco questionado, ou pouco valorizado, no sentido de ser uma exigência para o exercício da docência nesse nível de ensino, existem grupos de professores e pesquisadores universitários preocupados com a melhoria da qualidade de ensino nos cursos superiores e sua correlação com o desenvolvimento da docência universitária, incluindo nesse sentido, a formação continuada de professores.

As ideias de que os saberes e competências do professor devem ir além da dimensão técnica da prática pedagógica, remete para um novo paradigma de formação de professor, como um processo contínuo de reflexão visando a construção da identidade profissional dos mesmos.

3.2. Plano de Carreira e Condições Salariais

Na análise de Hypólito (1999), a profissionalização docente tem sido uma questão recorrente ao longo da história da educação no Brasil por motivos e interesses distintos. De um lado, os docentes reivindicando melhores condições de trabalho, necessárias para uma real profissionalização; de outro, autoridades e governantes focalizam o tema, sobretudo em épocas de reformas educativas, com um discurso de mudanças cujas ações estão atreladas aos interesses dos agentes empreendedores. Entretanto, esse discurso de profissionalização por parte dos governantes quase sempre responsabiliza os professores pelos resultados, os quais, por sua vez, contestam essa atitude.

Desde a instituição do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), em 2006, a discussão sobre a valorização docente tem assumido status de política estruturante para a qualidade da educação, ao lado do financiamento, da gestão democrática e da avaliação institucional. (CNTE, 2009)

Assim a Lei 11.738, de 2008, que instituiu o Piso Salarial Nacional, fixou prazo até 31 de dezembro de 2009 para que os entes federativos adequassem ou formulassem os planos de carreira. Em virtude desse fato, o Conselho Nacional de Educação assumiu a orientação desse processo, emitindo a Resolução CNE/CEB nº 02/2009, que revogou a Resolução 03/1997 e o Parecer CNE/CEB nº 09/2009.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 02/2009, são considerados profissionais do magistério aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais.

Quanto às orientações para a formulação do plano de carreira, os principais pontos salientados são:

- Remuneração – vencimentos nunca inferiores ao Piso Salarial Profissional Nacional, nos termos da Lei n. 11.738/08.
- Acesso à carreira – por concurso público de provas e títulos.
- Progressão salarial – evolução que contemple a titulação, experiência, desempenho, atualização e aperfeiçoamento profissional.
- O tempo de carreira, utilizado como componente evolutivo.
- Jornada de trabalho – de no máximo 40 horas semanais (preferencialmente em tempo integral) com tempo para atividades extrassalas. Incentivo à dedicação exclusiva em uma única escola.
- Formação em caráter presencial ou à distância.

- Apoio técnico e financeiro, por parte do ente federado, que vise a melhorar as condições de trabalho dos educadores, erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais.
- Horas de trabalho coletivas, que podem ser usadas para aperfeiçoamento profissional.
- Concessão de licenças para aperfeiçoamento profissional.
- Avaliação de desempenho com a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos e a transparência do processo para que o mesmo possa ser utilizado para a superação das dificuldades detectadas.

A existência de um plano de carreira para os professores vem representando um desafio para a categoria na sociedade brasileira, pois os mesmos nem sempre são reconhecidos como profissionais de educação.

Retomando Libâneo (2001) para contextualizar a problemática e mal resolvida questão salarial, este afirma que o profissionalismo requer profissionalização e a profissionalização requer profissionalismo. Logo, um professor profissionalmente despreparado, recebendo salários baixos, trabalhando em precárias condições, terá dificuldades de atuar com profissionalismo. Por outro lado, um professor muito dedicado, que ama sua profissão, respeita os alunos, é assíduo ao trabalho terá muito pouco êxito na sua atividade profissional se não apresentar as qualidades e competências consideradas ideais a um profissional, isto é, os requisitos da profissionalização.

Ainda segundo Libâneo (2001) não se trata, certamente, de lidar com essas duas noções, de forma que a ausência de uma comprometa irremediavelmente a outra. Um professor pode compensar uma fraca profissionalização estudando mais, investindo na sua formação continuada, lutando por melhores salários. Pode, ao mesmo tempo, mudar suas atitudes, suas convicções, seus valores em relação à prática profissional, o que pode levá-lo, inclusive, a buscar melhor qualificação. O que justifica essa atuação comprometida é a natureza da profissão de professor, é a responsabilidade que a tarefa educativa traz consigo.

É verdade que a profissão de professor vem sendo muito desvalorizada tanto social quanto economicamente, interferindo na imagem da profissão. Em boa parte isso se deve às condições precárias de profissionalização, salários, recursos materiais e didáticos, formação profissional, carreira, cujo provimento é, em boa parte, responsabilidade dos governos. (LIBÂNEO, 2001 p. 64).

Em outros termos Libâneo (2001) ainda esclarece que, ao mesmo tempo em que se fala da valorização da educação escolar para a competitividade, para a cidadania, para o consumo, continuam vigorando salários baixos e um reduzido empenho na melhoria da qualidade da formação profissional dos professores. Percebo, então, que as condições de trabalho e a desvalorização social da profissão de professor, de fato, prejudicam a construção da identidade dos futuros professores com a profissão.

Para Libâneo (2001) isso acontece porque a identidade com a profissão diz respeito ao significado pessoal e social que a profissão tem para a pessoa. Se o professor perde o significado do trabalho tanto para si próprio como para a sociedade, ele perde a identidade com a sua profissão. O mal-estar, a frustração, a baixa autoestima são algumas consequências que podem resultar dessa perda de identidade profissional.

Assim, a resignificação de sua identidade que passa pela luta por melhores salários e pela elevação da qualidade da formação pode ser a garantia da recuperação do significado social da profissão. E, apesar dos problemas, os professores continuam sendo os principais agentes da formação dos alunos e, portanto, a qualidade dos resultados de aprendizagem é inseparável da sua qualificação e competência profissionais.

3.3. Condições Infraestruturais

Entre os fatores determinantes para o bom desempenho da função docente, pode-se destacar a infraestrutura física e os recursos pedagógicos disponíveis nas instituições, o tipo de gestão, o projeto pedagógico, etc. As pesquisas básicas realizadas pelo INEP não permitem um diagnóstico detalhado desse tema. No entanto, foram abordados alguns aspectos que, certamente, influenciam no desempenho profissional do professor e, conseqüentemente, no desempenho do aluno. (INEP, 2003)

Assunção (2008) define condições de trabalho docente como sendo as circunstâncias em que o trabalho é realizado. Essas circunstâncias são construídas historicamente e, portanto, possíveis de serem modificadas. Outro aspecto ressaltado pela autora diz respeito à inadequação entre o planejamento educacional em nível governamental, com relação às habilidades e competências docentes e as condições que os profissionais em educação possuem para a realização de seu trabalho. Também é enfatizado que a sensação de fadiga e frustração relatada por professores está na base do mal-estar docente.

O mal estar docente pode ser explicado pela presença de obstáculos relacionados ao volume de trabalho e à precariedade das condições existentes, mas também as altas demandas no trabalho, incluindo as demandas emocionais, junto a uma expectativa social de excelência, cujo limite é exigir do professor uma atuação capaz de reverter a situação na qual se encontra (ASSUNÇÃO, 2008, p.5).

É claro o descontentamento por parte dos professores em relação à infraestrutura do seu local de trabalho, pois em muitos casos as instituições não lhes oferecem as devidas condições para um bom desempenho profissional. Segundo Tardif & Lessard (2005), condições de trabalho são variáveis que permitem caracterizar certas dimensões quantitativas do ensino: o tempo de trabalho diário, semanal, mensal, anual; o número de horas de presença obrigatória em classe e o número de alunos por classe.

Com todos esses entraves apresentados em relação às condições infraestruturais das instituições, é preciso encontrar soluções efetivas para que os docentes sintam-se satisfeitos com seu ambiente de trabalho para que possam desenvolver um trabalho de maior qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela interpretação abstraída da leitura do PNE (2014 – 2024) e de estudos anteriores, ainda há um longo caminho a trilhar no campo da profissionalização da docência universitária. Observo, também, pequenos avanços, embora timidamente sinalizados pela institucionalização nacional de acompanhamento pedagógico do professor universitário ingressante nesta profissão.

Portanto, as condições favoráveis à profissão docente: *formação inicial e continuada*, *o plano de carreira* e *a infraestrutura* do local de trabalho representam um conjunto articulado de proposições capazes de favorecer um desempenho profissional adequado ao processo histórico-social e cultural dos seres humanos. Não quer dizer que sem essas condições o professor não possa realizar um bom trabalho, nem que, essas condições, por si só, seriam a garantia de um excelente desempenho, mas, preponderadamente facilitará sua atuação profissional.

Recebido em: Janeiro de 2015

Aceito em: Março de 2015

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, A. Á. **Saúde e mal-estar do trabalhador docente**. Texto apresentado no VII Seminário – Nuevas Regulaciones en America Latina. Buenos Aires, 3, 4 e 5 de julho de 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em http://legislação.planalto.gov.br/legislação.nsf/viw_identificacao/lei13.005-2014?opendocument >acesso em 30 de julho de 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008 – Dispõe sobre a regulamentação do Piso Salarial Nacional dos profissionais da educação. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 09/09/2014.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de maio de 2009**. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009. Acesso em: 09/09/2014
- BRASIL. **Resolução Nº 3 de 8 de outubro de 1997**. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397. Acesso em: 09/09/2014.
- CNTE. **Cadernos de Educação 2009**: apresentação. Diretrizes para carreira e remuneração, 2009. Disponível em: <http://www.cnte.org.br>. (site acessado pelo Google em 05/08/2012).
- CUNHA, M. I.; FERNANDES, C.M.B. **Formação continuada de professores universitários**: uma experiência na perspectiva da produção do conhecimento. Educ. Brasileira, Brasília, 1994.
- DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- HYPÓLITO, M. A. **Trabalho Docente e Profissionalização**: sonho prometido ou sonho negado? In: VEIGA, I. P. A.; e CUNHA, M. I. da (Orgs.). *Desmistificando a profissionalização do magistério*. Campinas: Papirus, 1999. p. 81-100.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006.
- INEP, Estatísticas dos professores no Brasil, 2003 www.sbfisica.org.br/arquivos/estatisticas_professores_INEP_2003. (Acessado pelo Google em 05/08/2012)
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Editora Alternativa. Goiânia, 2001.
- NÓVOA, A. **Os Professores e a sua Formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda. 1995.
- PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. In: PIMENTA, S. G. e ANASTASIOU, L. G. C. São Paulo: Cortez, 2002.
- SARMENTO, M.J. **A vez e a voz dos professores**. Portugal: Porto, 1994.
- SHEIBE, L. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Caderno de Pesquisa**, v.37 n.130 São Paulo, jan./abr., p. 43-62, 2007.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.